

Cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial

Citizenship, society and education / education and gender, ethnic and racial relations

Fernando Herbst da Silva¹

Marleidi Queiroz dos Santos²

Patricia de Oliveira Moraes³

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar a importância da cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial. Onde se vem desvendando toda essa importância desde a jornada Constitucional do Brasil de 1824 até a Constituição atual de 1988. Faz-se uma referência de toda uma história democrática e constitucional para se alcançar os direitos e deveres nos dias atuais.

Palavra-chave: Cidadania. Educação. Sociedade. Ética. Direitos Humanos. Democracia. Política.

ABSTRACT

This article intends to present the importance of citizenship, society and education / education and gender, ethnic and racial relations. Where all this importance has been unveiled, from the

¹ Licenciado em Geografia (UNIASSELVI), Segunda Licenciatura em Pedagogia (FAEL), Pós-Graduação em Fundamentos do Ensino de História e Geografia (FAEL), Pós-Graduação em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial (FAEL), Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e o Mundo do trabalho (UFPI).

² Licenciada em Pedagogia (FAEL), Segunda Licenciatura em Letras-Português/Espanhol (FAEL), Pós-Graduação em Gestão da Educação (FAP), Pós-Graduação Educação Infantil e Anos Iniciais (UNINA), Pós-Graduação Metodologia da Língua Portuguesa (UNINA).

³ Licenciada em Pedagogia (UNOPAR), Bacharel em Administração (UNISA), Pós-Graduação em Gestão da Educação (FAP), Pós-Graduação Alfabetização e Letramento (UNINA), Pós-Graduação Gestão de Pessoas (UNIRIO).

Constitutional journey of Brazil in 1824 to the current Constitution of 1988. It is a reference of an entire democratic and constitutional history to achieve rights and duties in the present day.

Keyword: Citizenship. Education. Society. Ethics. Human rights. Democracy. Politics.

INTRODUÇÃO

Na jornada constitucional da cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial ela vem se desenvolvendo desde a primeira Constituição do Brasil de 1824, todos esses quesitos são lutas constantes da população brasileira, o qual lutou muito para alcançar o patamar que está atualmente, pois tudo tem-se uma luta para se tornar uma história.

Toda a luta e história da cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial, vem de uma luta constante de igualdade e conquista de direitos, através da legislação este quesito foi criando e desenvolvendo o seu espaço, ainda há muito o que se conquistar, mas sempre com a perseverança há de alcançar.

No decorrer de todo o artigo se apresenta várias características históricas também com suas devidas leis, através de várias referências e citações e também alguns dados de suma importância com relação aos quesitos da sociedade brasileira, que apesar de se ter a lei que ampara os cidadãos têm que estar sempre em luta para poder ter seus direitos respeitados e alcançados.

Cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial se diz respeito de um contorno de lutas constitucionais, para se poder adquirir direitos e deveres, e toda conquista sempre se deve observar o histórico de como levou a chegar a um determinado nível, como a jornada Constitucional do Brasil.

Em 1824 através da primeira Constituição do Brasil, foi proclamada a independência do Estado brasileiro, onde se impunha a elaboração de uma constituição. O catolicismo era considerado a religião oficial do Estado. Competia ao próprio poder Legislativo as atribuições de guarda da Constituição e de interpretação das leis.

Em 1891 foi promulgada a segunda Constituição do Brasil, era uma Forma Federativa do Estado com rígida separação entre União e Estados (federalismo dualista). Tinha ampla liberdade de culto, ou seja, o catolicismo já não era único, já havendo o surgimento de

protestantes. Ocorreu a triplicação dos poderes políticos em Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 1934 entrou em vigor a terceira Constituição brasileira que se manteve Federação e República como forma de Estado e de Governo. Constitucionalizou a justiça eleitoral, instituiu a justiça do trabalho. Ocorreu a extensão constitucional do direito de voto às mulheres, quando exerciam função pública remunerada.

Em 1937 teve a quarta Constituição brasileira, foi uma época de avanço dos regimes totalitários em todo o mundo. Instaurou-se o regime conhecido como Estado Novo, ocorreu a separação de Poderes somente formal, pois o Legislativo e o Judiciário foram extremamente reduzidos em suas funções. Houve um retrocesso no processo de controle de constitucionalidade.

Em 1956 entra em vigor a quinta Constituição brasileira, que teve como grande fato político antecedente de Constituição foi a redemocratização do País em 1945, o Brasil lutou na Segunda Guerra Mundial do lado das nações aliadas. Ocorreu a restauração do Sistema de separação dos Poderes. Ocorreu o restabelecimento do cargo de Vice-presidente da República, e teve a retomada do regime democrático.

Em 1967 na sexta Constituição brasileira, onde ocorreu a centralização dos poderes políticos na União, redução dos direitos individuais, admitindo-se a possibilidade de suspensão desses direitos em caso de abuso.

Em 1969 na sétima Constituição brasileira ela era anticonstituição, conferiu amplos poderes ao poder Executivo Federal, na figura do Presidente da República, os atos institucionais e os decretos-leis tornaram o poder Executivo o titular efetivo do poder, sob argumento da urgência e do interesse público que, obviamente, nem sempre estavam presentes.

E a oitava e última Constituição brasileira que é vigente até os dias de hoje e a Constituição de 1988, ocorreu o restabelecimento do Regime Democrático no país, a valorização do Poder Legislativo, a realização de um Plebiscito, em que o povo pode escolher a forma de governo entre República e Monarquia, e o sistema de governo entre presidencialismo ou parlamentarismo. A reeleição política foi criada uma emenda constitucional pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

ÉTICA E POLÍTICA

A ética e política sempre andam juntas, pois para se conquistar avanços necessita-se sempre que a política esteja presente e para que o que se almeja seja alcançado deverá sempre ser desenvolvido através de ética e compromisso de todos.

A Ética e a Política integram a tradição clássica da filosofia e ainda hoje, no século XXI, fazem parte das relações sociais contemporâneas. No entanto, o entendimento sobre o que é ética e o que é política sofreu algumas transformações ao longo do tempo.

Ética guia valores e princípios individuais, enquanto a política molda a moral coletiva. O estado prioriza o coletivo, colocando o bem comum acima dos interesses individuais. Ambos buscam harmonia e justiça na sociedade.

A ética e a política são dois pilares fundamentais na construção e manutenção de uma sociedade. Ambas se interrelacionam e, por vezes, se sobrepõem, mas possuem diferenças claras em seus escopos e objetivos.

Ética a definição: refere-se ao conjunto de valores e princípios que orientam a conduta humana na sociedade. Alcance: está centrada no comportamento individual, determinando o que é moralmente correto ou incorreto. Exemplo: a decisão de um indivíduo de não mentir, mesmo quando isso poderia lhe trazer benefícios.

Política a definição: envolve a criação e implementação de regras, leis e políticas públicas para o funcionamento harmonioso da sociedade. Alcance: está focada na coletividade, procurando equilibrar os interesses de diferentes grupos. Exemplo: a criação de uma lei que proíbe a discriminação no local de trabalho.

A ética e a política estão intrinsecamente relacionadas em muitos aspectos, pois ambas se preocupam com o bem-estar da sociedade e a condução correta de comportamentos e decisões. No entanto, elas têm focos e metodologias diferentes. Vejamos suas relações e diferenças:

Relações

Objetivo Comum: tanto a ética quanto a política buscam promover o bem-estar social, cada uma à sua maneira.

Interdependência: a política idealmente deve ser fundamentada em princípios éticos. Por outro lado, a realização da ética em uma sociedade depende muitas vezes de decisões políticas.

Influência mútua: decisões políticas podem moldar os padrões éticos de uma sociedade e, inversamente, exigências éticas da população podem direcionar ações políticas.

Diferenças Alcance:

Ética: concentra-se no comportamento e decisões individuais, estabelecendo o que é moralmente correto ou errado para um indivíduo ou grupo.

Política: enfoca a gestão da sociedade como um todo, estabelecendo regras, leis e políticas públicas.

Natureza:

Ética: mais filosófica e abstrata, buscando respostas sobre o que é o "bem" e como devemos viver.

Política: mais pragmática e concreta, lidando com a organização, poder e governança da comunidade ou nação.

Instrumentos:

Ética: usa a reflexão, o debate e a consciência moral como ferramentas.

Política: emprega leis, regulamentos, políticas e, por vezes, força para garantir a ordem e o bem comum. (Filosofia - Manual do Enem. Publicado por Natália Cruz - Última atualização: 14/6/2024)

Ética e Política, por que pensar sobre a ética? Respondendo esta pergunta, ética guia valores e princípios individuais, enquanto a política molda a moral coletiva. O estado prioriza o coletivo, colocando o bem comum acima dos interesses individuais. Ambos buscam harmonia e justiça na sociedade.

O porquê discutir política? Em nosso país atualmente para tudo estar em perfeita ordem necessita- se sim da política estar envolvida a todo momento em todos os quesitos, pois sem o meio político nada funciona em nosso país, desde educação saúde, transportes, rodovias, ouse já para um país ter desenvolvimento a política deve estar ativa e com propósitos de prosperidade e crescimento.

É possível ser ético num mundo contemporâneo? Sim é possível apesar das dificuldades adversas é possível sim, falando de política o que mais dificulta a ética é a politicagem e falta de amor ao próximo, pois dentro de uma política existem aquelas pessoas sem um pinga de ética que não pensa no próximo e nem no bem comum de uma nação, mas mesmo através dessas grandes dificuldades, é possível sim a ética prevalecer.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Cidadania e Direitos humanos, são quesitos que todos os seres humanos têm direito e amparo, que se inclui a dignidade de cada ser acompanhado com seus direitos civis e militares, conforme rege a Constituição Federal de 1988.

O conceito de direitos humanos, assim como o de cidadania, foi criado com o intuito de garantir que todos os seres humanos tenham uma vida digna. Entende-se que para ter uma existência plena, com condições de desenvolver-se em toda a sua capacidade humana, o indivíduo necessita, dentre outras coisas, de moradia, educação, liberdade, segurança, saneamento básico e trabalho. Em contrapartida, ele deve praticar a cidadania cumprindo as leis, votando e cuidando dos espaços públicos.

Como podemos compreender os direitos humanos e a cidadania?

É denominado direitos humanos um conjunto de direitos a que todas as pessoas devem ter acesso, independentemente de sua condição financeira, etnia, crença, cor de pele, orientação sexual ou qualquer outro fator. Tais direitos incluem a garantia das necessidades básicas humanas, a liberdade de pensamento e expressão, além da ideia de que todos são iguais perante a lei. Já a cidadania é compreendida como o exercício dos direitos e deveres de uma pessoa na sociedade. Assim, quando ela é exercida de forma harmoniosa, permite que os indivíduos atuem e participem das decisões referentes ao local em que vivem, relacionando-se, dessa forma, ao conceito de democracia. Segundo o jurista e professor brasileiro Dalmo de Abreu Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

Como surgiu o conceito de "direitos humanos"?

Os direitos humanos como conhecemos hoje foram idealizados na década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, pela Organização das Nações Unidas. Entretanto, são fruto de uma trajetória mais longa na humanidade em busca de minimizar as diversas injustiças cometidas contra as pessoas. O mundo havia passado por muitas guerras e genocídios, por conta disso, já havia certa preocupação em assegurar o direito à vida desde o começo da Idade Moderna (após o período medieval). Um passo importante na luta pelos direitos humanos foi a criação do Habeas Corpus, em 1679, no Reino Unido. A ação jurídica tem o intuito de zelar pela liberdade de locomoção do indivíduo frente a uma situação de abuso de poder. Declaração Universal dos Direitos Humanos Em 1776, quando os Estados Unidos se tornaram independentes, eles emitem uma declaração valorizando a liberdade e o direito à vida de seus cidadãos. Posteriormente, com a Revolução Francesa (1789-1799) foi criada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. É nesse contexto que surge o termo "direitos do homem". Mas foi após as atrocidades cometidas na Primeira Guerra e posteriormente pelo governo nazista de Hitler na Segunda Guerra que decidiu-se criar uma organização mundial objetivando zelar pela paz e bem comum dos seres humanos. Essa entidade é a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU nasceu em 1945 e três anos depois elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento possui 30 artigos que visam garantir a liberdade e o direito à vida a todas as pessoas, sem distinções. Dessa forma, a finalidade é conter as guerras e reforçar a fraternidade.

O texto preliminar que antecede o documento:

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações... Instituições e ativistas que abordam os direitos humanos e cidadania

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um importante documento para nortear as ações de movimentos sociais e instituições. Além disso, colabora grandemente para que intelectuais e ativistas elaborem uma argumentação fundamentada na busca por justiça social. Esse foi o caso, por exemplo, de Martin Luther King Jr, Malcom X e Ângela Davis, que lideraram nos EUA movimentos antirracistas em uma época de extrema discriminação contra a população negra. No Brasil, também existiram e existem muitos pensadores e ativistas que têm como propósito a promoção dos direitos humanos. Esse é o caso da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, executada em março de 2018. Podemos citar também Dorothy Mae Stang, religiosa que atuava na Amazônia a favor da luta camponesa e foi assassinada em 2005, aos 73 anos.

Existem várias instituições que trabalham pela promoção da cidadania e dos direitos humanos, como a Fundação da Anistia Internacional, criada em 1961, presente em mais de 150 países. No Brasil também é grande o número de associações que seguem essa linha, cada uma com pautas específicas. Podemos citar, por exemplo, a organização não governamental Olodum, na Bahia, que trabalha questões raciais e culturais. Há ainda a OPAN (Operação Amazônia Ativa), entidade destinada a tratar de questões indígenas no Mato Grosso. O Centro de Valorização à Vida (CVV) é uma organização que oferece apoio emocional a pessoas com tendências suicidas.

Como são os Direitos Humanos no Brasil?

Em território brasileiro, os direitos humanos estão garantidos na Constituição de 1988. Esse documento ficou conhecido como a "Constituição Cidadã", sendo criado após o período da ditadura militar (1964-1985), onde diversos direitos foram violados. Note que o Brasil é um dos países onde o descumprimento dos direitos humanos atinge patamares altíssimos. Podemos citar a população negra, periférica e indígena como alvos de constantes ameaças e extermínio no país, assim como militantes camponeses e do setor agrário. Para uma sociedade na qual os direitos humanos são, de fato, respeitados, são necessárias muitas mudanças, a começar pela

De acordo com a citação citada acima, cidadania e direitos humanos são lutas diárias que tem sua história, para poder hoje termos nossos direitos igualitários, muitos lutaram e perderam até a própria vida por lutar pelos direitos de uma sociedade justa e igualitária, mas, nada foi em vão, apesar das dificuldades de direito cada luta, cada vida deixou sua marca e seu grande propósito.

Cidadania e Direitos Humanos o que faz um cidadão? Respondendo à questão deduz que, votar para escolher os governantes; cumprir as leis; respeitar os direitos sociais de outras pessoas; educar e proteger os semelhantes; proteger a natureza; proteger o patrimônio público e social do país; colaborar com as autoridades.

Direitos humanos por que e para quem? Respondendo a esta pergunta, tais direitos incluem a garantia das necessidades básicas humanas, a liberdade de pensamento e expressão, além da ideia de que todos são iguais perante a lei. Já a cidadania é compreendida como o exercício dos direitos e deveres de uma pessoa na sociedade.

Democracia e Cidadania quem tem o poder? Ao responder esta pergunta, a democracia é um regime de governo em que o poder vem do povo. Em um governo democrático, todos os cidadãos possuem o mesmo estatuto e têm garantido o direito à participação política. A cidadania é a condição daquele que toma parte da cidade, com seus direitos e obrigações previstos pela constituição. Na democracia, todos os cidadãos devem participar das decisões políticas diretamente e em igualdade

PLURALIDADE E DIVERSIDADE NO SÉCULO XXI

No século XXI, a pluralidade e a diversidade tornaram-se cada vez mais evidentes e importantes em todo o mundo. A globalização, a migração, o avanço tecnológico e a crescente consciência social têm contribuído para um aumento da diversidade cultural, étnica, religiosa, linguística, sexual e de gênero em muitas sociedades.

A questão da pluralidade na democracia é complexa. Embora a democracia seja um sistema que valoriza a diversidade de opiniões e a participação cidadã, nem sempre todas as vozes são igualmente ouvidas. A representatividade política, por exemplo, pode ser desigual, com grupos minoritários muitas vezes excluídos do processo decisório. Portanto, embora a democracia aspire à pluralidade, nem sempre a alcança plenamente.

O termo "ideologia de gênero" é frequentemente usado de forma pejorativa para desacreditar discussões sobre identidade de gênero e diversidade sexual. No entanto, é importante entender que a ideologia de gênero não é uma doutrinação, mas sim uma abordagem que reconhece a complexidade das identidades de gênero e busca promover a igualdade e o respeito. Ela desafia normas tradicionais e binárias de gênero, reconhecendo que a experiência de gênero é multifacetada e diversa.

Vivemos em uma época em que a paixão e o extremismo muitas vezes se confundem. O fanatismo pode ser positivo quando se trata de defender causas justas e lutar por mudanças sociais. No entanto, quando essa paixão se transforma em intolerância, ódio e violência, torna-se prejudicial. O desafio é encontrar um equilíbrio entre a paixão pela mudança e o respeito pelas diferentes perspectivas.

Em resumo, a pluralidade e a diversidade são características intrínsecas do século XXI. Devemos abraçá-las, promovendo o diálogo, a compreensão e a inclusão, para construir um mundo mais justo e igualitário.

TODA DEMOCRACIA É PLURAL?

A pluralidade é essencial para o funcionamento de um sistema democrático, pois promove o debate e a participação ativa dos indivíduos na vida pública" (LIPSET, 2001, p. 45).

A pluralidade é uma característica inerente e desejável das democracias modernas. A essência da democracia está na capacidade de representar e acomodar uma ampla gama de perspectivas, opiniões, valores e interesses de seus cidadãos. A pluralidade, nesse sentido, é crucial para o funcionamento eficaz de uma democracia, pois garante que diversas vozes sejam ouvidas e que diferentes grupos tenham a oportunidade de participar ativamente do processo político.

No entanto, a realidade de muitas democracias contemporâneas revela que a pluralidade não é sempre garantida. Alguns regimes democráticos enfrentam sérios desafios em relação à inclusão e representatividade. Por exemplo, a discriminação contra minorias étnicas, religiosas, de gênero e outras pode resultar na marginalização de certos grupos. Além disso, a concentração de poder econômico e político em mãos de poucos pode minar a pluralidade, pois reduz a capacidade de diversos grupos influenciarem decisões políticas.

A pluralidade em uma democracia se manifesta através de vários mecanismos institucionais e práticas. Sistemas eleitorais proporcionais, por exemplo, tendem a ser mais inclusivos e a representar uma gama mais ampla de opiniões políticas em comparação com sistemas majoritários. A liberdade de expressão e de imprensa também são pilares fundamentais da pluralidade democrática, permitindo que diferentes pontos de vista sejam debatidos e divulgados amplamente.

Além disso, a existência de uma sociedade civil vibrante e ativa é essencial para a pluralidade democrática. Organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e outras formas de organização social desempenham um papel crucial na defesa dos direitos de grupos marginalizados e na promoção de uma cultura política inclusiva. A participação cidadã através de mecanismos de democracia direta, como referendos e iniciativas populares, também fortalece a pluralidade ao permitir que os cidadãos influenciem diretamente as políticas públicas.

No entanto, nem todas as democracias implementam plenamente esses princípios. Em algumas nações, a pluralidade é limitada por sistemas políticos que favorecem a elite dominante ou por práticas de exclusão e discriminação. Por exemplo, em democracias eleitorais onde o poder é fortemente concentrado em um partido ou grupo político, a diversidade de opiniões pode ser suprimida. Além disso, em contextos em que há um forte controle sobre a mídia e a liberdade de expressão é restringida, a pluralidade de vozes é gravemente comprometida.

A promoção da pluralidade em uma democracia exige esforços contínuos para garantir a inclusão e a representatividade de todos os segmentos da sociedade. Políticas de ação afirmativa, reformas eleitorais, proteção dos direitos humanos e fortalecimento da sociedade civil são algumas das estratégias que podem ser empregadas para promover uma maior pluralidade. A educação cívica também desempenha um papel vital, capacitando os cidadãos a participarem ativamente da vida política e a defenderem seus direitos.

Em resumo, embora a pluralidade seja uma característica desejável e essencial das democracias, sua implementação plena enfrenta inúmeros desafios. A luta por uma democracia verdadeiramente plural é um processo contínuo que exige vigilância constante, reformas institucionais e um compromisso com os valores de inclusão, representatividade e justiça.

O QUE É "IDEOLOGIA DE GÊNERO"?

A "ideologia de gênero" é um termo frequentemente utilizado em debates políticos e sociais, muitas vezes carregado de conotações negativas. Originalmente, o termo gênero foi introduzido no campo das ciências sociais e humanas para distinguir entre as dimensões biológicas do sexo (macho e fêmea) e as dimensões sociais e culturais do gênero (masculino e feminino). Estudos de gênero examinam como as identidades e os papéis de gênero são construídos e mantidos nas sociedades, e como essas construções influenciam a vida das pessoas.

A expressão "ideologia de gênero" é amplamente usada por críticos, principalmente em contextos políticos e religiosos conservadores, para se referir a teorias e práticas que eles acreditam promover uma visão do gênero como completamente desvinculada da biologia. Esses críticos argumentam que tais teorias desconsideram as diferenças biológicas inatas entre homens e mulheres e que promovem uma visão relativista do gênero que pode ser prejudicial para a sociedade.

No campo acadêmico, a teoria de gênero é uma área de estudo respeitada e bem estabelecida, que investiga como as identidades de gênero são formadas e como elas interagem com outras categorias sociais" (SCOTT, 1988, p. 112).

Esses estudos demonstram que o gênero é uma construção social complexa que varia significativamente entre diferentes culturas e contextos históricos. A teoria de gênero também destaca como as normas e expectativas de gênero podem perpetuar desigualdades e injustiças.

A controvérsia em torno da "ideologia de gênero" frequentemente gira em torno de questões de direitos LGBTQIA+, educação sexual e políticas de igualdade de gênero. Por exemplo, algumas políticas educacionais que visam ensinar sobre diversidade de gênero e orientação sexual nas escolas são rotuladas por críticos como promotoras da "ideologia de gênero". Esses críticos temem que tais políticas possam confundir as crianças sobre sua identidade de gênero e minar os valores tradicionais da família.

Por outro lado, defensores da educação em diversidade de gênero argumentam que ela é essencial para combater a discriminação e promover a inclusão. Eles sustentam que entender a complexidade do gênero ajuda a criar uma sociedade mais justa e equitativa, onde

todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver com dignidade e respeito.

Além disso, políticas de igualdade de gênero, como as que visam eliminar a discriminação no local de trabalho ou garantir direitos iguais para pessoas transgênero, são vistas pelos críticos como exemplos de "ideologia de gênero". No entanto, para muitos defensores dos direitos humanos, essas políticas são medidas necessárias para garantir a justiça e a igualdade para todos os cidadãos.

A discussão sobre "ideologia de gênero" reflete tensões mais amplas na sociedade sobre mudança social, tradição e modernidade. Em muitas culturas, a resistência às teorias de gênero está ligada a uma defesa mais ampla dos valores tradicionais e à percepção de que as mudanças nas normas de gênero ameaçam a ordem social estabelecida. Ao mesmo tempo, movimentos progressistas argumentam que a aceitação da diversidade de gênero é um passo crucial para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas.

Em resumo, a "ideologia de gênero" é um termo controverso que reflete debates profundos sobre identidade, igualdade e direitos humanos. Enquanto os críticos veem essas teorias como uma ameaça aos valores tradicionais, defensores argumentam que entender a diversidade de gênero é essencial para combater a discriminação e promover a inclusão.

VIVEMOS UMA ONDA DE FANATISMO?

O século XXI tem sido marcado por uma ascensão significativa do fanatismo em várias partes do mundo. Este fenômeno se manifesta em diferentes esferas, incluindo política, religião, e até mesmo ciência e tecnologia. O fanatismo se caracteriza pela adesão intransigente e acrítica a uma ideologia, crença ou movimento, muitas vezes acompanhada de intolerância e hostilidade em relação a outras perspectivas. As causas dessa onda de fanatismo são complexas e multifacetadas, envolvendo fatores econômicos, sociais, culturais e tecnológicos.

No campo da política, a polarização ideológica se intensificou em muitos países, com a ascensão de movimentos populistas e extremistas. Essa polarização é frequentemente alimentada por discursos que promovem a divisão e a desconfiança em relação a grupos considerados "outros".

A disseminação de desinformação e teorias da conspiração através das redes sociais tem exacerbado essa tendência, criando bolhas de informação onde as pessoas são expostas apenas a pontos de vista que reforçam suas crenças pré-existentes" (TAIBBI, 2019, p. 134).

Essa dinâmica pode levar a uma radicalização crescente e a uma disposição para adotar comportamentos e atitudes fanáticas.

Religiosamente, o fanatismo tem se manifestado através do ressurgimento de movimentos fundamentalistas que rejeitam a modernidade e a pluralidade em nome da pureza doutrinária. Exemplos incluem o aumento do extremismo islâmico, o crescimento de movimentos evangélicos ultraconservadores, e a revitalização de nacionalismos religiosos em várias partes do mundo. Esses movimentos muitas vezes promovem uma visão do mundo maniqueísta, onde o bem absoluto está de um lado e o mal absoluto está do outro, justificando a violência e a exclusão como meios para alcançar seus fins.

A tecnologia também desempenha um papel significativo na propagação do fanatismo. As plataformas de mídia social, em particular, facilitam a formação de comunidades fechadas onde ideias extremas podem florescer sem contestação. Além disso, algoritmos que priorizam conteúdos sensacionalistas e polarizadores contribuem para a amplificação de discursos de ódio e intolerância. A anonimidade proporcionada pela internet também permite que indivíduos espalhem fanatismo com menor risco de repercussões pessoais.

Do ponto de vista econômico, crises e desigualdades globais têm contribuído para a sensação de insegurança e injustiça, o que pode levar ao fanatismo. Em tempos de crise, as pessoas frequentemente procuram respostas simples para problemas complexos, e líderes carismáticos que prometem soluções rápidas e definitivas podem se tornar muito atraentes. O fanatismo, nesse contexto, oferece uma sensação de pertença e certeza em um mundo percebido como caótico e ameaçador.

A educação é uma ferramenta crucial na luta contra o fanatismo, promovendo o pensamento crítico, a empatia e a compreensão intercultural" (SENNETT, 2012, p. 59). Sistemas educacionais que promovem o pensamento crítico, a empatia e a compreensão intercultural podem ajudar a prevenir a radicalização. Além disso, políticas que promovam a inclusão social e econômica podem reduzir as condições que muitas vezes levam as pessoas a buscarem refúgio em ideologias fanáticas.

Em resumo, a onda de fanatismo no século XXI é um fenômeno complexo e multifacetado que desafia sociedades em todo o mundo. Combater o fanatismo requer uma abordagem multidimensional que inclua educação, políticas inclusivas, regulação da mídia social e esforços para promover o diálogo e a compreensão intercultural. Somente através de tais esforços será possível construir sociedades mais resilientes e capazes de resistir às tentações do fanatismo.

DILEMA ÉTICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

No país Brasileiro os dilemas éticos são situações que colocam um sujeito qualquer a necessidade de escolher entre alternativas igualmente difíceis e penosas. Na sociedade Brasileira não é diferente os dilemas éticos está presente até no ambiente de trabalho é são os mais comuns, um deles é o assédio moral, o dilema ético envolvido geralmente acontece para quem testemunha alguma situação envolvendo comportamento abusivo, outro é o assédio sexual. Ao passo que, o departamento de RH tem de proteger a vítima e garantir que esse tipo de situação não seja ignorada, do mesmo modo, é necessário avaliar as provas para não prejudicar alguém que seja inocente.

Outro dilema é a fraude no trabalho em que os indivíduos que observam essa situação podem decidir se envolver ou não. No primeiro caso, a pessoa pode ser punida pelas leis civis e criminais. Em contrapartida, a não participação pode gerar problemas com os envolvidos em atividades dessa natureza, existem várias outras causas de dilemas éticos na sociedade.

O grande dilema ético do Brasil é a miséria este presente deste o século 19, a escravidão era a questão ética proeminente, um dos grandes dilemas que foi enfrentado foi o enfrentamento da pandemia e os desafios de manter a economia ativa e reduzir os impactos econômicos sobre o mercado e evitar o aprofundamento da pobreza, da desigualdade e, no limite, da fome. As empresas também enfrentam seus dilemas equivalentes, entre a sobrevivência financeira e a preservação do quadro de colaboradores e seu bem-estar. O equilíbrio entre as contas e a responsabilidade social é uma equação delicada e se torna mais complexa quanto menor a capacidade financeira.

A corrupção no Brasil está cada vez mais sendo discutida nas telecomunicações e já foram criadas várias formas de tentar combater a corrupção, umas das tentativas foram na

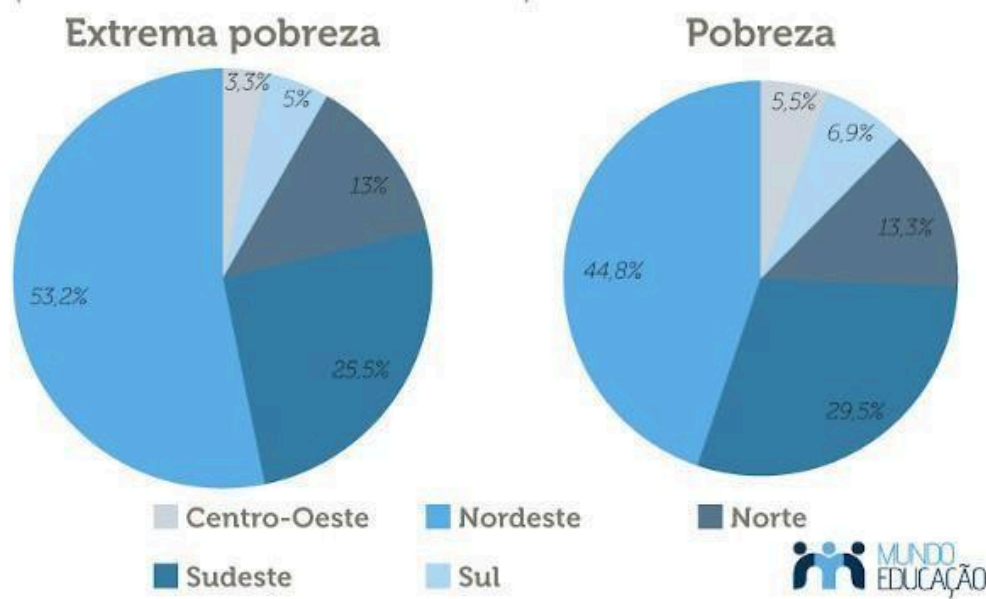
política com o programa ficha limpa, vem tentando mudar esta situação na política no Brasil. Apesar de aparentar ser um caminho sem volta, há medidas que podem sim combater com eficácia a corrupção no Brasil, porém estas devem ser apoiadas pela sociedade organizada para banir de vez essas práticas.

A importância de combater a corrupção é fundamental que o agente público tenha em mente que a arma mais eficaz no combate à corrupção e à fraude será sua conduta ética, atuando em seus processos de trabalho, quando farão a diferença na defesa do interesse público, seja ao tomar decisões pautadas em sólidos princípios e valores éticos e morais ou ao denunciar ilícitos que venha a testemunha. A miséria no Brasil persiste por que há falta de investimento nos locais de pobreza e baixa produtividade devido não ter investimento de capital no Brasil a população que se encontra em estado de miséria e considerado 32 milhões da população em estado de miséria, de acordo com João Fischer é deputado pelo PPB e presidente da Comissão de Economia e Desenvolvimento relata:

Hoje, com a revolução tecnológica e a globalização da economia, tem-se gerado desemprego que requer uma reciclagem e geração de novas oportunidades de produção. A migração para novas fronteiras, na mesma profissão, não existe mais. O mundo vive um processo de globalização para capitais e bens materiais, mas não há a mesma mobilidade nos recursos humanos. Isso cria uma dificuldade especial, que é a necessidade de criar empregos nas próprias regiões geográficas do planeta. A falta de capacidade de produzir essa reciclagem faz com que a pobreza aumente. O desespero aumenta a insegurança, criando mais gastos para a sobrevivência do bem-estar ainda existente. (João Fischer, **Pobreza: O problema, causas e consequências.**)

Os avanços tecnológicos e a globalização estão cada vez mais a procura de pessoas mais capacitadas e preparadas para o mercado de trabalho, com isso a dificuldade e a pobreza chega com intensidades o desemprego, as pessoas que não estão preparadas a estas novas tecnologias. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, com isso a imigração está cada vez maior no país. No Brasil existe as regiões onde a pobreza é maior em algumas regiões a seguir, foi elaborado com dados do IBGE, aponta os dados de pobreza e pobreza extrema no Brasil, por regiões, em 2021:

Distribuição da população em pobreza e extrema pobreza no Brasil



Gráficos produzidos com dados do IBGE. [2]

De acordo com este gráfico as regiões norte e a regiões nordeste é a regiões onde mostra a pobreza em grande escala nos mostra a ausência de condições de vida de uma população, são vários fatores que elevou estes índices a falta de investimento na educação e um dos grandes fatores que retrata está extrema pobreza no Brasil, existem outros fatores também como a insuficiência de políticas de combate à pobreza.

O COMBATE AO RACISMO

O combate ao racismo existe vários caminhos para combater o mesmo um deles é o investimento em educação isto inclui destes os primeiros passos na educação incluindo diálogos e reflexão sobre as histórias afro-brasileira e africana. A conscientização a sensibilização em campanhas educativas raciais tantos em meios de comunicação em espaços públicos, o investimento em políticas de ações Políticas de ação afirmativa: a implementação, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, tem como objetivo corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos historicamente discriminados.

A punição é um grande meio de fortalecer a legislação para garantir que estas leis sejam efetivamente aplicadas combate ao racismo estrutural: além de combater as formas

explícitas de discriminação racial, é importante enfrentar as estruturas e instituições que perpetuam a desigualdade racial, como o acesso desigual a recursos, serviços e oportunidades.

Essas são apenas algumas das abordagens possíveis para combater a discriminação racial na sociedade. É um trabalho contínuo que requer a participação e engajamento de todos os setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se este trabalho, pode-se afirmar que a cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial. Foi utilizado vários quesitos para tratar o referente assunto “Ética e Política”, “Cidadania e Direitos Humanos”, “Dilema Éticos da Sociedade Brasileira” e “Pluralidade e Diversidade no Século XXI”.

Examinou a pluralidade e a diversidade no século XXI, abordando temas como a pluralidade nas democracias, a "ideologia de gênero" e a onda de fanatismo contemporâneo. Através da análise de cidadania, sociedade, educação e as relações de gênero, étnico e racial, destacamos os principais desafios e a necessidade de políticas inclusivas e educativas. A pluralidade é fundamental para as democracias, garantindo a representação de diversas vozes. No entanto, a discriminação e a concentração de poder são obstáculos significativos que devem ser continuamente enfrentados. A controvérsia em torno da "ideologia de gênero" mostra as tensões entre tradições culturais e a busca por igualdade. A educação em diversidade de gênero é crucial para combater a discriminação e promover a inclusão. A onda de fanatismo no século XXI, exacerbada pela desinformação e polarização, exige uma abordagem que inclui educação para o pensamento crítico e políticas de inclusão social e econômica.

Portanto, promover uma sociedade plural e diversificada requer um compromisso contínuo com inclusão, representatividade e justiça social. A cidadania ativa e uma educação que valorize a diversidade são essenciais para construir um futuro mais equitativo e harmonioso. Este trabalho serve como base para reflexões e ações em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O combate ao racismo nos mostra que a sociedade brasileira precisa enxergar e assumir

que o racismo existe é para mudar está realidade de desigualdade concluir que o caminho a seguir começa destes os primeiros passos o investimento em educação em políticas de ações que retrata ações de punições e conscientização para o combate ao racismo.

A cada assunto tratado e pergunta respondida teve-se um conhecimento prévio com mais clareza e acessibilidade do assunto que foi tratado no presente artigo, pois através cidadania, sociedade e educação / educação e relação de gênero, étnico e racial, se tenha um conhecimento do outro lado com relação a Educação através das dificuldades e imprevistos encontrados no meio do caminho educacional.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2000.

SCOTT, Joan W. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988.

SENNETT, Richard. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAIBBI, Matt. Hate Inc.: Why Today's Media Makes Us Despise One Another. OR Books, 2019.

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/constituicao-federal-de-1969/773737183/amp>
pesquisado em 29/06/2024.

<https://querobolsa.com.br/enem/filosofia/politica-e-etica> pesquisado em 03/07/2024.

<https://www.todamateria.com.br/direitos-humanos-e-cidadania/> pesquisado em 03/07/2024.

<https://www.bing.com/search?q=democracia+e+cidadania+quem+tem+o+poder%3F&qs=n&form=QBRE&sp=1&ghc=1&lq=0&pq=democracia+e+cidadania+quem+tem+o+poder%3F&sc=11-40&sk=&cvid=A55C8B225A1E47318177C79BDF9CA146&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=>
pesquisado em 03/07/2024.

https://www.bing.com/search?q=cidadania+e+direitos+humanos+porque+e+para+quem&qs=NW_XFC&pq=cidadania+e+direitos+humanos+porque+e+para+quem&sk=NW_XFC1&sc=1047&cvid=3A49046BF895439BA1790FE818308057&FORM=QBRE&sp=2&ghc=1&lq=0
pesquisado em 03/07/2024.

<https://www.bing.com/search?q=cidadania+e+direitos+humanosno+q+faz+um+cidad%C3%A3o%3F&qs=n&form=QBRE&sp=1&ghc=1&lq=0&pq=cidadania+e+direitos+humanosno+q+faz+um+cidad%C3%A3o%3F&sc=048&sk=&cvid=A55C8B225A1E47318177C79BDF9CA146&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=>
pesquisado em 03/07/2024.

<https://www.bing.com/search?q=etica+e+politica+por+que+pensar+sobre+a+etica&qs=n&form=QBRE&sp=1&ghc=1&lq=0&pq=etica+e+politica+por+que+pensar+sobre+a+etica&sc=045&sk=&cvid=CBE9B441FC744E5A89FC22C8D758D3EE&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=>
pesquisado em 03/07/2024.

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/corrupcao-tem-solucao.htm> Pesquisado em 24/07/2024.

https://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_anteriores/980615/opinioao.htm#:~:text=A%20pobreza%20tem%20aumentado%20e,nos%20ajustarmos%20as%20mudan%C3%A7as%20tecnol%C3%B3gicas. Pesquisado em 24/07/2024.

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm#:~:text=Sendo%20assim%2C%20a%20principal%20causa,caracterizada%20pela%20elevada%20desigualdade%20social>. Pesquisado em 24/07/2024.